

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.429 - MG (2019/0245355-9)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : ATAÍDE VILELA
ADVOGADOS : AMANDA CORREA FERNANDES E OUTRO(S) - MG167317
RAUA MOURA MELO SILVA - MG180663
AGRAVANTE : IRENE DAS GRACAS LIMA ROSA
AGRAVANTE : EDIL VILELA
ADVOGADO : ALDO GURIAN JUNIOR - MG063488N
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, §1, IV, E 1.022, II, AMBOS DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. CONHEÇO DO AGRAVO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Edil Vilela e Irene das Graças Lima Rosa contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da inexistência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, consonância do acórdão *a quo* com a jurisprudência desta Corte, incidência do óbice da Súmula n. 7/STJ e aplicação da Súmula n. 284/STF quanto ao alegado dissídio jurisprudencial, em razão da ausência do devido cotejo analítico.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 370):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO 'EXTRA PETITA' E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADAS - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E MORALIDADE PÚBLICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONFIGURADA - DOSIMETRIA DA PENA - EXTENSÃO DO DANO E DESVALOR DA CONDUTA - PRIMEIRO E TERCEIRO RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Não há falar em nulidade da sentença quando se constata que o Magistrado atendeu a todos os requisitos essenciais da sentença, tendo explicitado seu convencimento de forma clara e inequívoca quanto à base de cálculo das horas extras reconhecidas judicialmente, inexistindo omissão, falta de fundamentação ou negativa da prestação jurisdicional.
2. Nas ações de improbidade não vigora o princípio da correlação, adstrição ou congruência entre sentença e o pedido, uma vez que as sanções da Lei nº 8.429/92 destinam-se ao Magistrado, devendo o réu ater-se apenas aos fatos e não à capitulação legal.
3. A legitimidade do primeiro réu para figurar no polo passivo da demanda decorre do fato de ser apontado pelo autor como uma das pessoas responsáveis pela prática de ato violador dos princípios da Administração Pública.

4. Demonstrado pelo contexto probatório violações aos princípios da legalidade e da moralidade pública, devem os réus sujeitaram-se às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, ainda que não tenha havido dano patrimonial ou enriquecimento ilícito.

5. As sanções de perda do cargo e/ou função pública, suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratar com o Poder Público constituem uma das mais drásticas penalidades estabelecidas na Lei de Improbidade Administrativa, devendo, por isso, serem aplicadas apenas em casos graves, sempre levando em conta a extensão do dano.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial os recorrentes alegam violação dos arts. 489, §1, IV, e 1.022, II, ambos do CPC/15, ao argumento de que a Corte local não se manifestou a respeito do elemento subjetivo da conduta dos requeridos, na medida em que não confeccionaram, tampouco se utilizaram de documento falso para nenhum fim ilícito.

Quanto à questão de fundo, sustentam ofensa aos artigos 2, 141 e 462 do CPC/2015 e 19 da Lei n. 7.347/1985, sob o fundamento de julgamento *extra petita*, tendo em vista a alteração dos "contornos objetivos da lide, de sorte a se especular um tema absolutamente inédito, qual seja, a hipotética prática de ato de improbidade administrativa, em razão de um suposto pedido de atendimento médico especial, fato este sequer cogitado pelo IRMP em sua exordial." (e-STJ fl. 454). Asseveram a ocorrência de verdadeira inserção de fato integralmente novo não cogitado originariamente pela exordial, pois "a petição inicial pretende a punição dos Réus pela suposta falsificação de atestado médico para o fim de justificar a ausência de ATAÍDE VILELA a uma audiência ocorrida na Justiça Federal, ao passo que a sentença de 1 grau (chancelada pelo v. Acórdão recorrido) condenou-os por outro fato (absolutamente inédito), qual seja, o de supostamente solicitar atendimento médico especial indevido em unidade de pronto atendimento, o que não foi, sequer indiretamente, nem mesmo cogitado pelo órgão ministerial." (e-STJ fl. 455). Aponta, ainda, dissídio jurisprudencial.

Com contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Parecer do Ministério Público Federal, às fls. 654-661, pelo conhecimento em parte do recurso de Edil Vilela e Irene das Graças Lima Rosa para nessa extensão negar-lhes provimento e pelo não provimento do recurso de Ataíde Vilela.

É o relatório. Decido.

Cuida-se, na origem, de ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em desfavor de Ataíde Vilela, Edil Vilela e Irene das Graças Lima Rosa, objetivando a condenação pela prática de ato ímprobo (art. 11, *caput* e inciso I, da Lei n. 8.429/1992 às penas do art. 12, inciso III, da LIA), consubstanciado pela prática de ato visando fim proibido em lei, e em ofensa aos princípios da Administração Pública.

Extraí-se dos autos que a presente ação civil pública foi proposta com base na Notícia de Fato n. MPMG-0479.15.000208-3, instaurado para apurar conduta ímproba decorrente da inserção em documento público de declaração diversa da que deveria ser escrita.

Em primeira instância, julgou-se procedentes os pedidos.

Em segunda instância, deu-se parcial provimento aos recursos dos particulares, e negou-se provimento ao recurso do MPMG, para afastar as sanções de perda de função

pública, suspensão de direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público, mantendo a condenação do primeiro e segundo requeridos ao pagamento de multa civil equivalente a 5 (cinco) vezes o valor da remuneração e a condenação da terceira requerida ao montante de 1 (uma) vez o valor de sua remuneração, todos referentes ao mês de abril de 2012.

A pretensão não merece prosperar.

De início, afasta-se a alegada violação dos artigos 489, §1, IV, e 1.022, II, ambos do CPC/15, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No caso dos autos, evidencia-se que o acórdão recorrido consignou a presença do elemento subjetivo dos requeridos para a prática do ato ímprobo em apreço (e-STJ fls. 378-380 e 418):

Consta dos autos que no dia 04.10.2012 o primeiro réu (Ataíde) deveria comparecer a uma audiência perante a Justiça Federal Criminal às 15:30h para prestar depoimento na condição de acusado, a qual não compareceu "sob a escusa de problemas de saúde" (f. 22).

Segundo narrativa da peça vestibular ministerial, "por volta das 18:00 horas" do dia 04.10.2012, os réus Ataíde, então candidato ao cargo de Prefeito, e Edil, seu irmão e médico, fizeram solicitaram à Irene, terceira ré, na condição de Enfermeira, que preenchesse a ficha de atendimento do paciente de modo a inserir o horário de 14:30h (f. 13) cuja finalidade era gerar um atestado médico que justificasse a ausência do réu Ataíde da audiência criminal acima mencionada.

Após minuciosa análise dos elementos de prova constante dos autos (ff. 14/15, 25/32, 40/41, 47, 66/67 e 139/142), observo que ficou inequivocamente demonstrado que a ficha de atendimento ao paciente é realizada, via de regra, eletronicamente, cujo sistema estava funcionando normalmente no dia dos fatos, e o segundo réu, na qualidade de médico da UPA de Passos, solicitou a seu colega, Dr. José Sebastião, que atendesse seu irmão (primeiro réu) de forma prioritária e, ainda, pediu à Enfermeira Irene (terceira ré) que realizasse a anotação do prontuário de forma manual e com a modificação do horário de atendimento para as 14:30h, quando, na verdade, o horário correto deveria ser próximo das 18h.

Diante desse quadro anoto que pouco importa se foi ou não utilizado o atestado emitido pelo médico, uma vez que o ato ímprobo, neste, caso, independe da produção do resultado, ainda que se considere que a finalidade da conduta fosse para o primeiro réu (Ataíde) valer-se deste documento para justificar sua ausência na audiência em que seria ouvido no juízo federal criminal.

Restando demonstrado pelo conjunto probatório violações aos princípios da legalidade e da moralidade pública, devem os réus sujeitaram-se às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, ainda que não tenha havido dano patrimonial ou enriquecimento ilícito.

Todavia, deve ser sopesado, para fins de dosimetria da pena, a conduta praticada por cada réu. No caso, tanto o primeiro quanto o segundo réus agiram de forma tendenciosa visando alterar, em documento público, a verdade dos fatos, por isso a reprimenda deve ser igual para ambos.

A responsabilidade da terceira ré (Irene) decorre de própria previsão legal, pois a inserção incorreta e feita manualmente de horário do atendimento de paciente destoa do correto, motivo pelo qual não poderia

"simplesmente obedecer à determinação do médico plantonista" (f. 25), mas, ao contrário, suspeitar da irregularidade da ordem e solicitar um parecer do superior hierárquico de maneira a demonstrar que o ato é manifestamente ilegal, a fim de isentar-se de qualquer responsabilidade, situação não verificada no caso.

Mesmo inexistindo prova de que o primeiro réu tenha sido beneficiado pessoalmente (diretamente) do atestado médico, é certo que ele, juntamente com os demais réus, praticaram conduta dissociada da supremacia do interesse público e, por consequência, proibida em lei.

Com efeito, não lograram os réus em demonstrarem fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado na inicial, sobretudo porque as provas revelam que houve a intenção de atender interesses privados do primeiro réu, mediante ordem do segundo e materialização do ato pela terceira ré, evidenciando, dessa forma, que a conduta deles não foi pautada pela boa fé objetiva exigida para o exercício da função pública.

(...)

Restou consignado que o conjunto probatório demonstrou, de maneira inequívoca, que houve modificação indevida do horário de atendimento do paciente Ataíde Vilela, que, juntamente dos demais réus "praticaram conduta dissociada da supremacia do interesse público e, por consequência, proibida em lei" (f. 292v-TJ). (grifos apostos)

O Tribunal fundamentou a necessidade de se adotar a razoabilidade e a proporcionalidade para a fixação da sanção, levando em consideração a gravidade do ato de improbidade, tanto que, apesar de reconhecer a conduta violadora dos princípios que regem a Administração Pública, reduziu a penalidade imposta aos embargantes adequando-a "à finalidade da norma e às peculiaridades do caso concreto" (f. 293v-TJ).

Desnecessário, portanto, qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem, pelo que se afasta a ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015.

No tocante aos artigos 2, 141 e 462 do CPC/2015 e 19 da Lei n. 7.347/1985, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de não ocorrência de julgamento *extra petita* porquanto a pretensão ministerial é a condenação dos requeridos pela prática de ato visando fim proibido em lei, e em ofensa aos princípios da Administração Pública, senão vejamos (e-STJ fls. 376):

- DA PRELIMINAR DE SENTENÇA 'EXTRA PETITA' -

O artigo 141 do Código de Processo Civil dispõe que "o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte".

Igualmente, é defeso ao magistrado proferir decisão de natureza diversa do que foi pretendido pela parte autora, devendo haver correlação entre o pedido e a sentença (artigo 492 do CPC).

De acordo com a legislação processual civil, podemos ter sentença 'extra petita', que quer dizer decisão fora do que foi pedido, 'ultra petita', ou seja, o juiz decide o pedido, mas vai além dele, dando ao autor mais do que fora pleiteado, e, por fim, 'citra petita', que é aquela que não examina todas as questões propostas pelas partes.

Da leitura da peça vestibular, observo que a pretensão ministerial é a condenação dos réus nas sanções do artigo 12, inciso III da Lei nº 8.429/92 pela prática de ato visando fim proibido em lei, e em ofensa aos princípios da Administração Pública, motivo pelo qual

inexiste vício no julgamento de primeiro grau, visto ter decidido a lide nos limites traçados pela parte autora. (grifos apostos)

REJEITO A PRELIMINAR.

(...)

Assim, tem-se que a revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide ao caso a Súmula 7/STJ.

A propósito, vide:

ADMINISTRATIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Na origem, trata-se de ação de improbidade administrativa em que se apura a prática de ato de improbidade decorrente da contratação, pela Secretaria de Turismo do Município de Aracruz, por meio do Processo Administrativo 2089/2010, sem a realização de procedimento licitatório, de banda musical para apresentação no denominado "Projeto Verão Aracruz", objetivando fomentar o turismo na região.

II - Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, quanto ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

III - Não há ofensa ao art. 535 do CPC/73, se o aresto a quo decide plenamente a controvérsia e se apresenta devidamente motivado, sem omissões, contradições ou obscuridades a serem sanadas, não sendo necessário que o magistrado efetue o prequestionamento numérico dos dispositivos legais aplicáveis ao caso ou que este se manifeste sobre cada um dos argumentos apresentados pela parte.

IV - A alegação atinente à inadequação da subsunção dos atos praticados como ímprobos retrata questão que, para a reversão do entendimento firmado pelo Tribunal a quo, demanda incontestemente revolvimento fático-probatório. Busca-se tal reversão com a específica tese de que, no caso concreto, seria inexigível procedimento licitatório. V - Por consequência, o conhecimento da referida temática fica obstaculizado diante do verbete sumular n. 7 do Superior Tribunal de Justiça, impondo um juízo negativo de prelibação nesse ponto.

VI - No tocante ao argumento de decisão extra petita ou ultra petita, sua inconsistência jurídica resulta do fato de que, ainda que não tenha sido expressamente requerida a aplicação de determinada sanção pelo promovente da ação de improbidade administrativa, não há nenhum impedimento para o julgador estabelecer uma reprimenda não reclamada de forma ostensiva.

VII - Não há se falar em violação do princípio da congruência externa, afinal deve-se contemplar aquilo que se denominou jurisprudencialmente de interpretação lógico-sistemática da exordial. Assim, as sanções por ato ímprobo passam a ser entendidas como pedidos implícitos. Esse raciocínio jurídico não é diferente do adotado por esta Corte: AgRg no REsp 1.324.787/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 24/3/2015, DJe 9/4/2015). VIII - Além disso, não se pode olvidar da possibilidade de aplicação da pena de cassação de aposentadoria, ainda que não haja previsão expressa na Lei n. 8.429/92, na medida em que se

apresenta como uma decorrência lógica da perda de cargo público, sanção essa última expressamente prevista no referido texto legal. Nesse sentido: MS 20.444/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 27/11/2013, DJe 11/3/2014; AgRg no AREsp 826.114/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2016, DJe 25/5/2016.

IX - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.628.455/ES, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 12/3/2018)

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. FRAUDE EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CUMULATIVIDADE DE SANÇÕES. MESMO TIPO LEGAL. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. ELEMENTO SUBJETIVO CARACTERIZADO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. No caso vertente, não foram aplicadas sanções relacionadas a grupos diversos de ato de improbidade administrativa. Em verdade, as penalidades impostas pelo juízo sentenciante fazem referência, tão somente, àquelas previstas no art. 11 da Lei nº 8.429/1992 (fls.

1.447/1.448), de modo que não há que se falar em indevida cumulação de penas.

2. Não há qualquer óbice a que um único ato de improbidade administrativa seja enquadrado em múltiplas capitulações legais. No entanto, não se faz possível pretender que os responsáveis, na mesma ação, sejam condenados a penalidades em regime de cumulação decorrente de tipos legais diversos. Nessas hipóteses, deve ser aplicado o princípio da consunção, prevalecendo a norma de nível punitivo mais elevado. 3. Dentro do mesmo tipo legal, a jurisprudência desta Corte de Justiça está sedimentada no sentido de que a aplicação cumulativa das penalidades é considerada facultativa, observando-se a medida da culpabilidade, a gravidade do ato, a extensão do dano causado e a reprimenda do ato ímprobo, circunstâncias devidamente respeitadas na hipótese dos autos. 4. Não é inepta a petição inicial que, no bojo dos pedidos, requer a condenação das partes em variadas espécies de ilícito administrativo, não havendo que se falar em indevida cumulação de pedidos. Isso porque a causa de pedir constante da exordial firma-se na descrição dos fatos, não na sua qualificação jurídica, cabendo ao magistrado julgador proceder ao correto enquadramento dos atos narrados pelo autor da ação.

5. Segundo o arcabouço fático delineado pelas instâncias ordinárias, restaram claramente demonstrados os requisitos necessários à configuração do ato de improbidade administrativa capitulado no art. 11 da Lei nº 8.429/1992. Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.563.621/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 3/8/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 2/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. EXPRESSO ENFRENTAMENTO DOS VÍCIOS APONTADOS. JULGAMENTO EXTRA PETITA. REEXAME DE

MATÉRIA FÁTICO E PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. EVENTUAL EXCESSO DA CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DANO MORAL COLETIVO. RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM DE REQUISITOS CONFIGURADORES DE DANO EXTRAPATRIMONIAL. INADEQUAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. No caso dos autos, o Ministério Público do Distrito Federal ajuizou ações cautelares e ação civil de improbidade administrativa contra Eurides Brito da Silva em face do recebimento de propina para prestar "apoio legislativo" aos interesses do Poder Executivo do Distrito Federal. Por ocasião da sentença, os pedidos foram julgados procedentes (fls. 869/926), o que foi mantido pelo Tribunal de origem. 2. É pacífico no entendimento desta Corte Superior no sentido de que não há falar em violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil/1973 quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes. Além disso, os vícios e as supostas omissões suscitadas pela recorrente foram enfrentadas pela Corte a quo nos julgamentos do acórdão recorrido e dos embargos declaratórios. 3. Por outro lado, não houve nulidade do julgamento em face da não observância dos "limites da inicial, que pedira a condenação por fatos alegadamente praticados entre agosto de 2006 e novembro de 2009, permitindo-se considerar fatos que teriam ocorrido em período diverso - compreendido entre janeiro ou fevereiro de 2003 e dezembro de 2006 - e por motivação diversa".

4. A Corte a quo, com base nos elementos fáticos e probatórios constantes dos autos, concluiu que não houve julgamento extra petita, ao afirmar que "a condenação da ré não se baseou em período diverso daquele apontado na inicial da demanda, pois foi levado em consideração o recebimento indevido de valores pelo período de 31 (tinta e um meses). Na verdade, o d. Magistrado sentenciante referiu-se depoimento prestado à fl. 606 por Durval Rodrigues Barbosa, apenas para justificar a fixação do valor recebido mensalmente pela ré, não tendo sido imposta condenação em relação a período não indicado na inicial da ação. Portanto, a r. sentença guarda inteira congruência com os limites da pretensão deduzida na inicial, razão pela qual não ficou configurado o julgamento extra petita alegado pela ré/apelante".

5. A reversão do referido entendimento demandaria, necessariamente, reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

(...)

10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesse parte, não provido.

(REsp 1.485.514/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ARTS. 10 E 11 DA LEI 8.429/92. LIBERAÇÃO DE VALORES A MUNICÍPIES. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO QUE, EM FACE DOS ELEMENTOS DE PROVA DOS AUTOS, CONCLUIU PELA COMPROVAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO, PELA CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E PELA PROPORCIONALIDADE DAS SANÇÕES APLICADAS.

INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA, NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL QUE, EM TESE, TERIA SIDO INTERPRETADO DE MANEIRA DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF, APLICADA POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão monocrática publicada em 02/02/2016, que, por sua vez, julgou recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. No acórdão objeto do Recurso Especial, o Tribunal de origem julgou procedente o pedido, em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na qual postula a condenação do ex-Prefeito de Romelândia, ora agravante, e outra, pela prática de ato de improbidade administrativa, consubstanciado na liberação de valores a municípios, para pagamento de contas e aquisição de bens de interesse pessoal.

III. No caso, não há falar em ofensa aos arts. 128 e 460 do CPC/73, pois a causa foi decidida dentro dos limites em que fora proposta. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência no sentido de que "não ocorre julgamento extra petita se o Tribunal local decide questão que é reflexo do pedido na exordial. O pleito inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento da pretensão extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento extra petita" (STJ, AgRg no AREsp 322.510/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/06/2013).

IV. Quanto à alegada ofensa ao art. 11 da Lei 8.429/92, o acórdão recorrido, mediante exame do conjunto probatório dos autos, concluiu que "o então Prefeito do município de Romelândia Antonio Derli Rodrigues da Costa, em evidente desvio de finalidade e indiscutível conluio, juntamente com Ercilda Golmann, proprietária da Farmácia Confiança, cometeram ato de improbidade administrativa", pois "qualquer cidadão necessitado que procurasse a Prefeitura à busca de ajuda financeira era orientado, fato de pleno conhecimento e estímulo do Prefeito, ora réu, a se dirigir à Assistente Social da Prefeitura, a qual, previamente orientada, dava a todas as situações um mesmo encaminhamento, ou seja, montava um estudo de caso em que o munícipe, independentemente de verdadeira ou não a circunstância, apresentava-se em busca de apoio para compra de medicamentos não disponíveis nos estoques municipais, considerada a lista do SUS, e os municiava com uma declaração, a qual era apresentada à proprietária da única farmácia particular existente no município, que, adrede vinculada à operação, emitia Nota Fiscal antecipada de compra de medicamento. Apresentada essa Nota à Prefeitura, o cidadão recebia o dinheiro e dava a ele a destinação que lhe aprouvesse".

V. Nos termos em que a causa foi decidida, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido - para acolher a pretensão do agravante e afastar sua condenação pela prática de ato de improbidade administrativa, por não terem sido comprovados o dolo e o dano ao Erário - demandaria o reexame de matéria fática, o que é vedado, em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 210.361/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/06/2016; AgRg no AREsp 666.459/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015; AgRg no AREsp 535.720/ES,

Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/04/2016.

(...)

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.546.432/SC, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 10/4/2018)

PROCESSUAL CIVIL. LIMITES DA LIDE. INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DO PEDIDO. JULGAMENTO EXTRA-PETITA. INOCORRÊNCIA. REFORMATIO IN PEJUS. INOCORRÊNCIA.

1. Não há julgamento extra-petita no provimento jurisdicional firmado após compreensão lógico-sistemática do pedido, entendido como "aquilo que se pretende com a instauração da demanda" (AgRg no REsp 1155859/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 04/02/2014), eis que "o pedido não é apenas o que foi requerido em um capítulo específico ao final da petição inicial, mas, sim, o que se pretende com a instauração da demanda, sendo extraído de interpretação lógico-sistemática da inicial como um todo" (AgRg no REsp 1284020/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 06/03/2014).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.450.470/ES, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28/10/2014)

Por fim, tem-se que o alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos artigos 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator